

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais – R\$ mil)

1 Contexto operacional

O Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada S.A. (CEITEC) é uma empresa pública vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), constituída sob a forma de sociedade por ações e com participação exclusiva da União em seu capital social. Está localizada em Porto Alegre no Estado do Rio Grande do Sul.

A empresa está integrada ao desafio do governo de fortalecer a indústria brasileira, tornando-a mais competitiva, gerando empregos e promovendo a inovação, conforme os objetivos do Programa Nova Indústria Brasil do Governo Federal e ações estratégicas do MCTI para o segmento de semicondutores.

Nesse contexto, tem como desafio desenvolver o domínio tecnológico de semicondutores no Brasil, reduzindo a dependência tecnológica externa e contribuindo para o bem-estar da sociedade brasileira.

A empresa também desempenha papel relevante na formação de recursos humanos especializados, no desenvolvimento de produtos e na pesquisa e desenvolvimento (P&D), aspectos essenciais para a consolidação dessa indústria no país.

A CEITEC retomou a comercialização dos produtos de seu portfólio na área de RFID (Radio Frequency Identification) e iniciou a execução do projeto de nova rota tecnológica, que possibilitará sua entrada no segmento de eletrônica de potência.

O desempenho observado no exercício de 2025 confirmou a retomada operacional da Companhia, refletida pela expansão da receita própria em decorrência da retomada das atividades comerciais, cujo acumulado no exercício alcançou R\$ 7,6 milhões.

A Administração segue empenhada na consolidação da retomada operacional da empresa para torná-la sustentável.

BASE DE PREPARAÇÃO

a. Declaração de conformidade em relação às normas do CPC

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, nos Pronunciamentos, nas Orientações e nas Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e em conformidade com as Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto pela avaliação a valor justo de certos instrumentos financeiros, quando requerido pela norma.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras foi efetuada de acordo com as normas contábeis vigentes no Brasil, que exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

e. Aprovação e Autorização para emissão das Demonstrações Financeiras

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada na data de 03/02/2026, conforme a Ata de Diretoria Executiva nº 02/2026.

2 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos e exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras intermediárias.

a. Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia (Real) pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do exercício, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do exercício de apresentação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na reconversão são reconhecidas no resultado. Itens não monetários que sejam medidos em termos de custos históricos em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio apurada na data da transação.

b. Instrumentos financeiros

i. Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia não reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos:

Caixa e equivalentes de caixa, que correspondem aos limites de saque da Conta Única do Tesouro Nacional, estabelecidos pelo órgão central de programação financeira. Esses recursos são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo.

ii. Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os passivos financeiros inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada(s), cancelada(s) ou vencida(s).

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e adiantamento do Tesouro Nacional.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Companhia avaliou o efeito de ajuste a valor presente (AVP) sobre saldos de ativos e passivos e não identificou valores materiais a serem ajustados.

iii. Capital social

O capital social é formado exclusivamente por ações ordinárias nominativas e sem valor nominal de propriedade da União Federal.

c. Estoque

São mensurados pelo custo de aquisição, incluindo os impostos por ventura não recuperáveis, custos de transportes e demais custos necessários para trazer os estoques às suas condições atuais.

d. Despesas antecipadas

As despesas antecipadas são registradas pelo seu custo original de acordo com os prazos de vigência dos respectivos contratos relacionados. As despesas correspondentes são reconhecidas no resultado do exercício de acordo com o princípio de competência.

e. Imobilizado

i. Reconhecimento e mensuração

1 - Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um

ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação ou despesa com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas ou despesas operacionais no resultado.

2 – Em julho de 2025, foram concluídos os trabalhos relativos à contratação e execução dos serviços técnicos profissionais especializados de inventário patrimonial, os quais contemplaram: (a) a conciliação patrimonial dos bens físicos com o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI); (b) a conciliação patrimonial dos bens físicos com o Sistema Operacional SAP; (c) a avaliação da vida útil econômica e remanescente dos ativos; (d) a realização do Teste de Recuperabilidade – “Impairment”, com emissão de laudo técnico em conformidade com as normas contábeis aplicáveis; e (e) a migração das bases de inventário e elaboração das notas explicativas correspondentes. Os serviços foram executados no âmbito do Processo de aquisição nº 01213.001379/2024-18, referente ao Edital de Concorrência nº 90.002/2024, cujo contrato foi formalizado em 21/10/2024 com a empresa Qualiteck Avaliação e Consultoria Empresarial Ltda.

Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Empresa. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

ii. Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente do imobilizado. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização. Terrenos não são depreciados.

f. Intangível

1 - Pesquisa e desenvolvimento

Os dispêndios em Projetos P&D durante a fase de pesquisa são registrados como investimento (registrado no Ativo Intangível) quando incorridos.

Após a conclusão dos estudos, atendendo a todos os critérios estabelecidos na NBC TG 04, ou seja, viabilidade técnica para concluir o ativo intangível registrado, de forma que ele seja disponibilizado para uso ou venda, intenção de concluir o ativo intangível e de usá-lo ou vendê-lo, base técnica que demonstre de forma confiável a capacidade de gerar benefícios econômicos futuros, entre outros aspectos estudos que demonstrem a existência de mercado para os produtos do ativo intangível ou para o próprio ativo intangível ou, caso este se destine ao uso interno, a sua utilidade.

Os gastos de desenvolvimento capitalizados serão mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável.

2 – Adequações às Normas Internacionais (IFRS)

O CEITEC atendeu plenamente às práticas contábeis no que concerne a convergência e harmonização das normas contábeis brasileiras com o padrão contábil internacional (International Financial Reporting Standards – IFRS).

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda econômica do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizados por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratados como mudança de estimativas contábeis.

3 – Programas de computador (softwares)

Licenças adquiridas de programas de computador (softwares) são capitalizadas e amortizadas ao longo de sua vida útil estimada, pelas taxas descritas na nota explicativa nº 10.

4 – Amortização

Amortização é calculada de forma linear, considerando a vida útil estimada ou o prazo contratual de uso da licença, no caso de softwares. Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja adequado.

g. Teste de Impairment

O teste de impairment é um conjunto de procedimentos que a entidade deve aplicar para assegurar que seus ativos não estejam contabilmente registrados por montante que seja superior ao seu valor de recuperação. Este teste deve ser realizado periodicamente, e caso a verificação concretize a desvalorização do ativo, é necessário que a entidade reconheça e ajuste para perdas com desvalorização – conforme critérios estabelecidos no Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1).

Neste contexto, foi publicado o Edital de Concorrência nº 90.002/2024 que visava à contratação de serviços técnicos profissionais especializados do inventário (levantamento patrimonial físico e individualizado) abrangendo: a) conciliação patrimonial dos bens físico com o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal SIAFI; b) conciliação patrimonial dos bens físico com o Sistema Operacional SAP; c) expectativa de vida útil e remanescente; d) realização do Teste de Recuperabilidade (impairment), com emissão de laudo técnico em conformidade com as normas vigentes; e e) migração das bases de inventário e notas explicativas. O contrato foi formalizado em 21/10/2024 com a empresa Qualiteck Avaliação e Consultoria Empresarial Ltda, vencedora do certame, que concluiu a prestação dos serviços em julho/2025.

Em continuidade aos trabalhos anteriormente realizados pela empresa Qualiteck, a CEITEC, por meio de corpo técnico interno, instituiu a Comissão Interna de Avaliação dos Bens Patrimoniais, conforme Portaria nº 59, de 28 de outubro de 2025, com o objetivo de avaliar a recuperabilidade dos valores registrados no ativo imobilizado e intangível; os trabalhos foram concluídos em 17 de dezembro de 2025, não tendo sido identificadas alterações relevantes ou fatos supervenientes que demandassem ajustes significativos nos registros patrimoniais do exercício de 2025.

h. Arrendamento mercantil

Pagamentos efetuados sob um contrato de arrendamento operacional são reconhecidos como despesas na demonstração de resultados em bases lineares pelo prazo do contrato de arrendamento.

i. Reconhecimento da receita de subvenções para custeio/investimento

A Companhia é uma empresa pública dependente nos termos da Lei Complementar 101/2000. Sua receita é constituída por recursos financeiros recebidos do Tesouro Nacional para as despesas de

pessoal e custeio devidamente empenhadas e por receitas próprias. Os recursos recebidos pela Companhia destinados ao pagamento de aquisições de ativos e outros itens de investimento estão demonstrados no balanço patrimonial à conta de “recursos destinados ao aumento de capital”. Os valores destinados pelo Tesouro Nacional por meio de execução orçamentária são reconhecidos no resultado de acordo com a fase de liquidação das despesas empenhadas.

j. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

k. Receitas financeiras e despesas financeiras

A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

l. Imposto de renda e contribuição social

Até o exercício anterior, o CEITEC não apresentou saldos de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – IRPJ e de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL, em razão da apuração recorrente de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL, decorrentes do perfil e do ramo de atuação da Companhia, voltado ao setor de semicondutores, o qual demanda longo período de maturação até o início da geração de resultados positivos.

No exercício de 2025, apesar da apuração de prejuízo contábil, a Companhia apresentou lucro tributável, em função dos ajustes previstos na legislação fiscal, o que resultou na apuração de valores a pagar de IRPJ e CSLL no período. O lucro tributável obtido em 2025 decorre, principalmente, de adições e exclusões previstas na legislação fiscal, não representando, neste momento, geração recorrente de resultados operacionais. Não obstante, o CEITEC permanece dependente de recursos provenientes do Orçamento da União para a continuidade de suas operações.

m. Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação no respectivo exercício. Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, o resultado por ação diluído e básico foi de R\$ (412,14) e R\$ 64,02 respectivamente, pois não existem instrumentos financeiros com direito a conversibilidade em ações.

3 Ajustes de Exercícios Anteriores

Em dezembro de 2024, foi reconhecido o montante de R\$ 248.118 (duzentos e quarenta e oito milhões e cento e dezoito mil reais), no grupo de Imobilizado – Imóveis, referente ao investimento efetuado pela União, através do Ministério da Ciência e Tecnologia, na fase inicial da construção do Prédio do CEITEC, no período de 2004 a 2011 (vide nota explicativa nº 10).

A partir do momento do registro, passou a se reconhecer mensalmente o valor da depreciação atribuída ao referido prédio.

Em setembro de 2025, foi realizada a baixa deste valor contabilizado em 2024, conforme orientação recebida no Ofício nº 9539/2025/MCTI, com o concomitante estorno dos valores de depreciação calculados no período de dezembro de 2024 a agosto de 2025.

Desta forma, o valor da depreciação pertencente ao ano de 2024, ensejou na realização de um ajuste de exercício anterior no valor de R\$ 517 (quinhentos e dezessete mil reais), Com relação ao impacto nas Demonstrações Contábeis publicadas em 2024, para comparabilidade, apresentamos a seguir:

	Publicado em 31/12/2024	Ajuste Reclassificação	Reapresentado 31/12/2024
<u>BALANÇO PATRIMONIAL</u>			
ATIVO CIRCULANTE	32.912	-	32.912
ATIVO NÃO CIRCULANTE	298.446	(247.601)	50.845
Realizável a Longo Prazo	6.197	-	6.197
Imobilizado	287.131	(247.601)	39.530
Instalações	664	-	664
Benfeitoria em Imóveis de Terceiros	355	-	355
Móveis e Utensílios	97	-	97
Máquinas e Equipamentos	7.725	-	7.725
Equipamentos de Informática e Hardware	3.974	-	3.974
Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	3	-	3
Equipamentos para Áudio, Vídeo e Foto	28	-	28
Equipamentos Eletrônicos	370	-	370
Ferramentas	53	-	53
Modelos, Moldes e Matrizes	17	-	17
Imóvel	289.172	(248.118)	41.054
(-) Depreciação Imóvel	(15.327)	517	(14.810)
Intangível	5.118	-	5.118
TOTAL ATIVO	331.358	(247.601)	83.757
PASSIVO CIRCULANTE	5.928	-	5.928
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	13.179	-	13.179
<u>Patrimônio Líquido</u>			
Capital Social	126.300	-	126.300
Prejuízos Acumulados	(78.052)	517	(77.535)
Ajuste de Avaliação Patrimonial	6.314	-	6.314
Recursos destinados ao Aumento de Capital	257.689	(248.118)	9.571
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	312.251	(247.601)	64.650
TOTAL PASSIVO	331.358	(247.601)	83.757

(Valores expressos em milhares de reais)

4 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2025	31/12/2024 (Reapresentado)
Aplicação Financeira – BB	1.001	909
Limite de saque - Conta única do Tesouro Nacional	16.184	10.643
	17.185	11.552

(Valores expressos em milhares de reais)

O limite de saque – conta única do Tesouro Nacional mantido no Banco Central do Brasil, é utilizada para registrar a movimentação dos recursos financeiros da Companhia junto ao Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, para pagamentos de despesas empenhadas e liquidadas, relativas às despesas correntes e de capital.

A aplicação financeira junto ao Banco do Brasil S.A. registra os montantes oriundos da fonte de recursos próprios do orçamento (receitas próprias) e de rendimentos das aplicações. O saldo a maior, registrado neste exercício financeiro, demonstra que não houve resgate da aplicação, somados aos rendimentos no período. Tanto na Lei Orçamentária de 2024, quanto na de 2025, não houve previsão de incorporação de recursos próprios diretamente arrecadados.

Apresentamos a seguir a composição da conta que registra os recursos liberados (Conta Única do Tesouro Nacional):

	31/12/2025
Saldo em 31/12/2024	303
Entradas de Recursos (Conta Única do Tesouro Nacional)	76.342
Pagamentos efetuados (Conta Única do Tesouro Nacional)	(74.355)
Saldo em 31/12/2025 – Recursos Liberados	<u>2.290</u>

	31/12/2024 (Reapresentado)
Saldo em 31/12/2023	329
Entradas de Recursos (Conta Única do Tesouro Nacional)	84.158
Pagamentos efetuados (Conta Única do Tesouro Nacional)	(84.184)
Saldo em 31/12/2024 – Recursos Liberados	<u>303</u>

(Valores expressos em milhares de reais)

5 Contas a Receber – Clientes

	31/12/2025	31/12/2024 (Reapresentado)
Clientes Nacionais	-	70
	<u>-</u>	<u>70</u>

(Valores expressos em milhares de reais)

Não existem títulos de clientes a receber em aberto em 31/12/2025.

6 Estoque

	31/12/2025	31/12/2024 (Reapresentado)
Produto Acabado	314	352
Material Meio Auxiliar de Produção	3.620	3.743
Material de Embalagem	142	147
Matéria-Prima	2.600	2.943
Semi-Acabado	502	644
Materiais de Consumo	800	892
Peças de Reposição	6.698	6.483
(-) Provisão para Perdas em Estoque*	(2.955)	-
	<u>11.721</u>	<u>15.204</u>

(Valores expressos em milhares de reais)

Em 17/11/2025 foi constituída a Comissão de Inventário Geral de Estoque por meio da Portaria CEITEC nº 67, que designou: Presidente da Comissão, Coordenador e Supervisor, Equipe de Fiscalização, Equipe de Contagem e Equipe de Apoio. A Comissão tem seus trabalhos pautados ao disposto no Procedimento Operacional nº 3.230.015 – R02 – Inventário de Materiais, de 08/03/2021. A referida Comissão procedeu à contagem dos estoques no período de 01/12/2025 a 05/12/2025, assim, conforme cronograma a conclusão dos trabalhos ocorreu dentro do prazo (15/12/2024) e todos os documentos referentes a este trabalho estão no processo administrativo 01213.016337/2025-62.

*Provisão para Perdas em Estoque

Os estoques são avaliados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido, conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A Companhia realiza, periodicamente, análise de recuperabilidade de seus estoques, com o objetivo de identificar perdas decorrentes de baixo giro, obsolescência ou desuso. Com base nessa avaliação, em 31 de dezembro 2025, foi constituída provisão para perdas em estoques no montante de R\$ 2.955 (dois milhões, novecentos e cinquenta e cinco mil reais), registrada como redutora do ativo.

A constituição da provisão está fundamentada no CPC 16 (R1) – Estoques, no CPC 00 (R2) – Estrutura Conceitual, bem como no art. 183, inciso II, da Lei nº 6.404/1976, sendo a provisão revisada periodicamente e ajustada quando necessário.

7 Depósitos Judiciais

A empresa registra em conta do Ativo Não Circulante – Realizável à Longo Prazo, os depósitos recursais relativos aos processos judiciais como garantia financeira do valor a pagar, que após o trânsito em julgado poderá ser levantado pela parte da empresa e, caso a condenação seja favorável ao reclamante, terá sua finalidade consumada. Também são registrados os depósitos judiciais que tratam do pagamento oficial do valor devido ou condenatório, conforme relacionado no quadro abaixo:

	31/12/2025	31/12/2024	Referência
		(Reapresentado)	
Depósito Judicial – Diversos	2.085	2.124	(a)
Depósito Judicial Pagto. Condenação	20	20	(b)
Depósito Judicial Consig. Pagto. Tributos RFB	786	786	(c)
Depósito Judicial Recursal	1.917	1.098	(d)
	4.808	4.028	

(Valores expressos em milhares de reais)

- (a) Houve uma redução de 1,83% nos valores contabilizados em 31/12/2025 em relação a 31/12/2024, devido ao menor volume de registros de depósitos judiciais neste período, nesta rubrica. E também pelo maior controle dos registros de baixa por arquivamento dos processos (ao final do ano de 2024 foi finalizado um trabalho de levantamento e ajuste dos valores efetivamente válidos para registro de depósitos judiciais em conformidade com dados fornecidos pela CONJUR da empresa).
- (b) Sem variação no período.
- (c) Trata-se de depósito judicial da ação de consignação em pagamento nº 5031863-42.2021.4.04.7100/RS que versa sobre o recolhimento do INSS, referente ao mês de abril de 2021, no valor de R\$ 702 (setecentos e dois mil reais) e respectivos encargos, devido à indisponibilidade de acesso ao certificado digital da empresa, à época, pela troca de titularidade do representante legal na junta comercial.
- (d) O aumento 74,6% observado até dezembro de 2025 em relação ao mesmo período de 2024 se refere a realização de depósitos judiciais para 45 processos, nesta rubrica. E também pelo maior controle dos registros de baixa / depósito dos processos (ao final do ano de 2024 foi finalizado um trabalho de levantamento e ajuste dos valores efetivamente válidos para registro de depósitos judiciais em conformidade com dados fornecidos pela CONJUR da empresa).

8 Tributos a recuperar / Créditos Financeiros

O rol de Tributos a Recuperar refere-se, principalmente, a créditos relacionados aos tributos incidentes quando da aquisição de insumos para fabricação, ativos imobilizados e intangíveis

(ICMS, PIS, COFINS).

	31/12/2025	31/12/2024 (Reapresentado)	Referência
IRRF	30	41	(a)
ICMS	145	128	(b)
PIS a compensar	760	863	(c)
COFINS a compensar	3.493	3.971	(d)
Retenções Venda Órgão Público	20	18	(e)
Saldo Negativo de IRPJ	36	-	(f)
INSS a compensar	116	116	(g)
	4.600	5.137	
Circulante	3.522	2.968	
Não circulante	1.078	2.169	

(Valores expressos em milhares de reais)

- (a) A redução de R\$ 11 (onze mil reais) observada ao comparar o valor existente em 31/12/2025 com o apresentado em 31/12/2024 refere-se: (i) ao registro de R\$ 25 (vinte e cinco mil reais) referente ao Imposto de Renda sobre Aplicação Financeira no ano de 2025 e (ii) à transferência de R\$ 36 (trinta e seis mil) de IRRF sobre Aplicação Financeira nos anos de 2023 e 2024 para conta de Saldo Negativo de IRPJ.
- (b) A redução em R\$ 17 (dezessete mil reais) verificada no saldo de ICMS a Recuperar no período de 31/12/2024 a 31/12/2025, se deve: (i) ao registro dos créditos de ICMS sobre a parcela da Energia Elétrica atribuída à Fábrica ano de 2025 (R\$ 920 – novecentos e vinte mil reais); (ii) reconhecimento do crédito de ICMS sobre importações realizadas no mês de dezembro de 2025 (R\$ 7 – sete mil reais); e (iii) compensação do débito de ICMS referente ao ano de 2025 (R\$ 910 – novecentos e dez mil reais).
- (c) A redução de R\$ 103 (cento e três mil reais) no valor de PIS a Recuperar ocorreu em função de: (i) registro mensal dos créditos de PIS calculados sobre a Energia Elétrica e Depreciação no ano de 2025 (R\$ 95 – noventa e cinco mil reais); e (ii) registro mensal da baixa do PIS a compensar sobre Receita Financeira e Faturamento (R\$ 110 – cento e dez mil reais); e (iii) ressarcimento dos valores de créditos de PIS relativos ao primeiro trimestre de 2020 em 20/03/2025 (R\$ 42 – quarenta e dois mil reais) e do segundo trimestre de 2020 em 16/06/2025 (R\$ 46 – quarenta e seis mil reais).
- (d) A diminuição em R\$ 478 (quatrocentos e setenta e oito mil reais) no valor de COFINS a Recuperar ocorreu em função de: (i) registro mensal dos créditos de COFINS calculados sobre a Energia Elétrica e Depreciação no ano de 2025 (R\$ 439 – quatrocentos e trinta e nove reais); (ii) registro mensal da baixa do COFINS a compensar sobre Receita Financeira e sobre Faturamento (R\$ 514 – quinhentos e quatorze mil reais); e (iii) ressarcimento dos valores de créditos de COFINS relativos ao primeiro trimestre de 2020 em 20/03/2025 (R\$ 195 – cento e noventa e cinco mil reais) e do segundo trimestre de 2020 em 16/06/2025 (R\$ 208 – duzentos e oito mil reais).
- (e) O incremento de R\$ 2 (dois mil reais) observada na rubrica “Retenções Venda Órgão Público” é referente à venda que ocorreu em janeiro de 2025 para Hospital Nossa Senhora da Conceição.
- (f) A conta “Saldo Negativo de IRPJ” foi criada em 2023 para receber os valores excedentes de Imposto de Renda Pessoa Jurídica verificados ao final de cada exercício social. Em 31/12/2025 essa rubrica apresenta a seguinte composição:

Ano	Composição do Saldo Negativo de IRPJ	Vlr*
2023	Imposto de Renda Retido na Fonte sobre Rendimentos de Aplicação Financeira	20
2024	Imposto de Renda Retido na Fonte sobre Rendimentos de Aplicação Financeira	16
	Valor total saldo negativo de IRPJ	36

(Valores expressos em milhares de reais)

- (g) Esta rubrica se refere a 25 solicitações de restituição de contribuição previdenciária indevida ou paga a maior no período de 2015 a 2017, ainda em fase de análise, protocoladas junto à Receita Federal em março de 2020. Vide abaixo:

Ano	Número do PER/DCOMP	Transmissão	Valor (R\$)
015	12917.36702.190320.1.2.16-0940	19/03/2020	2
	15525.96978.190320.1.2.16-3039	19/03/2020	3
	14639.92879.190320.1.2.16-4524	19/03/2020	2
	12368.04621.190320.1.2.16-2894	19/03/2020	3
	01460.07765.190320.1.2.16-4080	19/03/2020	2
	09647.94470.190320.1.2.16-5100	19/03/2020	6
	24311.79221.190320.1.2.16-0045	19/03/2020	4
	16448.39093.190320.1.2.16-1339	19/03/2020	4
	36335.82857.190320.1.2.16-0336	19/03/2020	4
2016	25089.89921.190320.1.2.16-0028	19/03/2020	5
	24485.25924.190320.1.2.16-0676	19/03/2020	4
	32998.64409.190320.1.2.16-1327	19/03/2020	4
	01485.27619.190320.1.2.16-7107	19/03/2020	4
	05971.46356.190320.1.2.16-0177	19/03/2020	4
	33583.14618.190320.1.2.16-0635	19/03/2020	4
	25625.06209.190320.1.2.16-4497	19/03/2020	4
	23322.65841.190320.1.2.16-5246	19/03/2020	5
	28943.26200.190320.1.2.16-8330	19/03/2020	6
	39672.63363.190320.1.2.16-9058	19/03/2020	5
	27351.71282.190320.1.2.16-4129	19/03/2020	5
	42222.60271.190320.1.2.16-6165	19/03/2020	9
2017	19871.23349.190320.1.2.16-0381	19/03/2020	6
	11208.21967.190320.1.2.16-6307	19/03/2020	3
	23578.72931.190320.1.2.16-1077	19/03/2020	9
	36737.58527.190320.1.2.16-2902	19/03/2020	7
Total			116

(Valores expressos em milhares de reais)

Com a habilitação da empresa junto à Receita Federal no Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores (PADIS) desde 2011 (Ato Declaratório Executivo da Receita Federal nº 1, de 12/01/2011) ao longo dos anos, houve a constituição de créditos tributários que periodicamente são objeto de solicitação de restituições/compensações junto à Receita Federal.

O Departamento de Contabilidade segue com as seguintes providências em relação à restituição dos tributos:

- i) Abaixo quadro resumo dos valores de tributos ressarcidos durante o ano de 2025:

Tributos	Valor (R\$)
COFINS	403
PIS	88
Total Geral	491

(Valores expressos em milhares de reais)

ii) Abaixo quadro resumo dos valores de tributos ressarcidos durante o ano de 2024:

Tributos	Valor (R\$)
IRPJ	47
IRRF s/ Salários	194
CSLL	6
Total Geral	247

(Valores expressos em milhares de reais)

Em relação aos Créditos Financeiros tem-se:

	31/12/2025	31/12/2024 (Reapresentado)
Créditos Financeiros – PADIS	3.264	2.304
	3.264	2.304

(Valores expressos em milhares de reais)

Em 31/12/2025 a composição do saldo de créditos financeiros está detalhada a seguir:

Período do Crédito	Valor Original (R\$)	Valor utilizado (R\$)	Saldo a usufruir (R\$)
1º Trimestre de 2021	514	0	514
2º Trimestre de 2021	255	0	255
3º Trimestre de 2021	784	0	784
4º Trimestre de 2021	751	0	751
Complemento Ano 2021	276	0	276
1º Trimestre de 2025	14	-14	0
2º Trimestre de 2025	291	-83	208
3º Trimestre de 2025	475	0	475
Totais	3.360	-94	3.264

(Valores expressos em milhares de reais)

9 Despesas Antecipadas

	31/12/2025	31/12/2024 (Reapresentado)
Seguros a Apropriar	340	-
Assinaturas e Anuidades	1	-
Locação Programas/Software	197	282
	538	282

(Valores expressos em milhares de reais)

10 Imobilizado

Composição do saldo

	Imóvel	Benfeitorias	Instalações	Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Ferramentas	Adto a fornecedores	Total do Imobilizado
Em 31/12/2023	27.885	492	742	15.711	106	199	12	45.147
Aquisições	-	-	-	1.158	49	-	-	1.207
Baixa	-	-	-	-	-	-	(12)	(12)
Depreciações	(1.640)	(137)	(78)	(4.875)	(58)	(24)	-	(6.812)
Em 31/12/2024 (Reapresentado)	26.245	355	664	11.994	97	175	-	39.530
Aquisições	-	-	-	87	-	-	-	87
Depreciações	(1.641)	(137)	(76)	(3.605)	(36)	(19)	-	(5.514)
Em 31/12/2025	24.604	218	588	8.476	61	156	-	34.103

Taxas anuais de depreciação - %	4%	4%	de 5,5 a 48%	de 5,5 a 48%	de 5,5 a 48%	10%	33%
------------------------------------	----	----	-----------------	-----------------	-----------------	-----	-----

(Valores expressos em milhares de reais)

a. Custo atribuído (deemed cost)

A Companhia apurou e registrou no exercício de 2014 o Custo atribuído (Deemed Cost) do ativo imobilizado tendo contratado empresa especializada UNISIS Administração Patrimonial Ltda. para preparação de laudo necessário para suporte dos registros contábeis, sendo objeto desta avaliação a totalidade dos ativos registrados no imobilizado.

Os custos atribuídos naquela data foram reconhecidos em conta de “Ajustes de Avaliação Patrimonial” no Patrimônio Líquido e estão sendo amortizados mensalmente em contrapartida as depreciações do exercício, conforme demonstrado (Nota explicativa nº 18).

b. Terreno e imóveis utilizados pela Companhia

Com relação ao terreno onde se encontra instalada a sede da Companhia, de propriedade da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, esta detém Termo de Cessão de Uso de Bens Dominiais para Uso Especial, a título gratuito, pelo prazo de 60 (sessenta) anos, prorrogável por mais 5 (cinco) anos, contados a partir de 3 de agosto de 2004, data da assinatura do respectivo instrumento; após a reversão do processo de dissolução societária, a Administração iniciou tratativas junto à Prefeitura Municipal de Porto Alegre visando à formalização de proposta de permuta do referido terreno por outro imóvel de propriedade da União, a ser oportunamente definido, tratativas estas que sofreram interrupção temporária em razão das enchentes que afetaram o Estado do Rio Grande do Sul, tendo sido retomadas em dezembro de 2024 e apresentando avanços relevantes ao longo do primeiro semestre de 2025, permanecendo o tema em andamento na data-base das presentes Demonstrações Contábeis.

c. Máquinas e equipamentos

Parte das máquinas e equipamentos utilizados pela Companhia foi cedido a título gratuito (doação) pela empresa Motorola do Brasil S.A. para o Estado do Rio Grande do Sul, com o encargo de condicionar o uso pelos laboratórios da Associação Civil Centro de Excelência em Tecnologia Eletrônica Avançada - CEITEC. Posteriormente o Estado do Rio Grande do Sul, por meio da Secretaria da Ciência e Tecnologia, efetivou a doação dos referidos equipamentos à União, representada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, ficando a referida Associação com a guarda provisória dos bens até o momento em que ocorreu a sub-rogação legal do acervo à Companhia.

d. Registro Complexo Fabril – saldo rerepresentado em 31/12/2024

No exercício de 2024, foi reconhecido o montante de R\$ 248.118 (duzentos e quarenta e oito milhões e cento e dezoito mil reais) no Ativo Imobilizado – Imóvel, em contrapartida ao AFAC – Adiantamento para Futuro Aumento de Capital, em atendimento à orientação da Coordenação Geral da Contabilidade da Secretaria do Tesouro Nacional (CCONT/STN), formalizada por meio do Comunicado SIAFI nº 2024/4148734, de 05/12/2024. Os valores referem-se aos investimentos realizados pela União, por intermédio do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), na fase inicial da construção do prédio da CEITEC, no período compreendido entre os anos de 2004 e 2011.

Em setembro de 2025, a Companhia recebeu o Ofício nº 9539/2025/MCTI, por meio do qual foi orientada a proceder à reversão dos valores registrados originalmente em dezembro de 2024, relativos ao referido imóvel. Em decorrência dessa reversão, houve a redução do saldo registrado

no ativo imobilizado, bem como a correspondente redução do saldo de AFAC, no mesmo montante. Parte dos efeitos dessa operação foi refletida ainda no exercício de 2024, em função da reversão da depreciação anteriormente reconhecida sobre o imóvel, conforme detalhado na Nota Explicativa nº 3.

A CEITEC, em conjunto com o MCTI e com a anuência da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), está avaliando, com base nas recomendações da Coordenação de Participação Societária da Secretaria do Tesouro Nacional (COPAR/STN), a forma mais adequada para a efetivação da transferência do imóvel, de modo a assegurar o correto tratamento contábil, patrimonial e jurídico da operação. As áreas jurídicas da CEITEC e do MCTI seguem analisando os instrumentos legais mais apropriados para viabilizar a transferência, em conformidade com as orientações da PGFN e da STN.

11 Intangível

Os ativos intangíveis reconhecidos até então, referem-se aquisições de softwares relacionados à área industrial.

	Direitos de uso softwares	Marcas e patentes	Total do Intangível
Em 31/12/2023	5.190	413	5603
Amortização	(485)	-	(485)
Em 31/12/2024 (Reapresentado)	4.705	413	5.118
Aquisições	97	-	97
Amortização	(496)	-	(496)
Em 31/12/2025	4.306	413	4.719

(Valores expressos em milhares de reais)

12 Fornecedores

	31/12/2025	31/12/2024 (Reapresentado)
Fornecedor Nacional	120	100
Fornecedor Estrangeiro	-	39
	120	139

(Valores expressos em milhares de reais)

A exposição da Companhia a riscos de moeda e liquidez relacionados a contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar é divulgada na nota explicativa nº 29.

13 Obrigações e provisões tributárias

	31/12/2025	31/12/2024 (Reapresentado)
ICMS Diferença de Alíquota a Recolher	617	-
IPI a Recolher	-	2
IRRF a Recolher	358	1.005
INSS a Recolher	-	71
IRPJ a Recolher	520	-
CSLL a Recolher	201	-
	1.696	1.078

(Valores expressos em milhares de reais)

No mês de janeiro de 2025 foi reconhecido no balancete da empresa o valor de R\$ 413 (quatrocentos e treze mil reais) de ICMS DIFAL (ICMS diferencial de alíquota incidente sobre as compras de uso e consumo e aquisição de imobilizado de outras unidades da federação) do período de junho de 2021 a fevereiro de 2024. Sobre este valor existe a incidência de juros e multa, demonstrados a seguir:

ANO	ICMS DIFAL (R\$)	Juros de Mora (R\$)	Multa (R\$)	Valor Corrigido até 31/12/2025 (R\$)
2021	22	11	4	37
2022	60	24	12	96
2023	273	74	55	402
2024	58	13	12	83
TOTAL	413	121	83	617

(Valores expressos em milhares de reais)

14 Obrigações e provisões trabalhistas

	31/12/2025	31/12/2024 (Reapresentado)
Rescisões a Pagar	2	2
Provisão para Férias	2.828	2.284
Provisão INSS s/ Férias	760	615
Provisão FGTS s/ Férias	226	182
INSS a recolher	-	1.324
Desconto Taxa Ocupação Imóvel Funcional	1	1
	3.817	4.408

(Valores expressos em milhares de reais)

O saldo zerado da rubrica “INSS a Recolher” em 31/12/2025 decorre do recolhimento integral das contribuições previdenciárias ainda no mês de dezembro de 2025, em razão da disponibilidade orçamentária existente para o referido exercício.

Abaixo quadro resumo quantitativo dos colaboradores do CEITEC:

Data	(A) Número de Funcionários	(B) Contrato Trabalho Suspensos	(C) Nº Funcionários Reintegrados	(A)-(B)+(C) Nº Total de Funcionários Ativos
31/12/2024	81	(2)	21	100
31/12/2025	82	(2)	23	103

15 Contingências

A Administração da Companhia, com base na opinião da Área Jurídica, constituiu provisão contábil de R\$ 27.447 (vinte e sete milhões e quatrocentos e quarenta e sete mil reais) os quais estão avaliados com chance de perda *provável*. Por sua vez, o montante de R\$ 16.956 (dezesseis milhões, novecentos e cinquenta e seis mil reais) refere-se aos valores classificados com probabilidade de sucumbência *possível*.

A respeito da classificação, deve ser destacado que se utilizou, para a apuração de riscos ora apresentada, como já vinha sendo feito em exercícios anteriores, a metodologia NBC TG 25 que determina a divisão dos riscos de acordo com a sua probabilidade de redundar em saída de recursos para liquidação da obrigação.

A seguir demonstramos o montante por natureza:

Natureza	Classificação	31/12/2025	31/12/2024 (Reapresentado)
Trabalhista/Cíveis	Provável	27.447	13.179
Trabalhista/Cíveis	Possível	16.956	30.066
Trabalhista/Cíveis	Remota	124	163

A movimentação das provisões de contingências do período, demonstramos a seguir:

Natureza Trabalhista/Cíveis	Classificação Provável	31/12/2025	31/12/2024 (Reapresentado)
Saldo Inicial		13.179	33.355
(+) Adições		22.865	9.450
(-) Baixa por uso da Provisão		(7.204)	(28.565)
(-) Baixa por Reversão		(1.393)	(1.061)
Saldo Contingência		27.447	13.179

(Valores expressos em milhares de reais)

Com base no Pronunciamento Técnico CPC 25, esta CONJUR reconheceu como valores a PROVISIONAR aqueles em relação aos quais será provável a necessidade de “saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação”. No que concerne a tais valores, foi feita uma estimativa de resultados, que ainda conforme a própria norma acima citada corresponde ao “valor que a entidade racionalmente pagaria para liquidar a obrigação na data do balanço”.

Importante destacar que, para a apuração detalhada requerida pela equipe de Auditoria Externa, esta CONJUR utilizou-se das informações processuais disponíveis no momento. Algumas ações judiciais encontram-se em fase recursal, porém, segundo a avaliação da equipe jurídica da empresa (alicerçada no exame da jurisprudência e de casos similares), o risco de dispêndio financeiro é elevado, razão pela qual são reconhecidas como provisões.

Os valores considerados, portanto, decorrem de avaliação feita sobre a condenação provisória (determinada em sentença ou acórdão), ou, ainda, do montante homologado em sede de liquidação ou cobrado em execução de sentença. Tais valores são devidamente atualizados monetariamente, conforme os critérios de correção oficiais utilizados pelas esferas judiciais atinentes (cível ou trabalhista).

A Companhia considerou como valores que compõem o PASSIVO CONTINGENTE aqueles decorrentes de “obrigações” em relação às quais não se tem certeza se haverá risco de dispêndio financeiro futuro (conforme Pronunciamento Técnico CPC 25, item 13, (b), (i)). Tratam-se de ações judiciais em fase processual inicial, em relação às quais não se pode fazer nenhuma “estimativa confiável” (termo adotado conforme descrito no item 26 do Pronunciamento Técnico CPC 25), o valor da condenação em caso de eventual sucumbência¹. Para apurar os valores do eventual débito judicial, adotou-se como critério a utilização do valor da causa apresentado na Petição Inicial, por ser esta a “evidência disponível” para o alcance do valor aproximado. Houve aumento no ajuizamento de ações, especialmente na esfera trabalhista, contendo inúmeros pleitos, que, no entanto, face às modificações de risco ocorridas no período, não tiveram o condão de ocasionar aumento da estimativa anteriormente apresentada.

Em relação aos riscos considerados REMOTOS, foram computadas as ações cujas chances de saída de recursos financeiros sejam improváveis ou inexistentes. São ações em fase final, cuja dívida já esteja integralmente paga e homologado o pagamento pelo Juízo, com reconhecimento do fim da execução sem registro de dívidas de saldo remanescente, culminando em risco de reversão ínfimo ou, ainda, que estejam apenas aguardando o despacho de arquivamento definitivo.

¹ Comitê de Pronunciamentos Contábeis. **Pronunciamento Técnico CPC 25**. “16. [...] (b) quando for mais provável que não existe uma obrigação presente na data do balanço, a entidade divulga um passivo contingente, a menos que seja remota a possibilidade de uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos. [...]”

Comparativamente com o resultado do 3º trimestre do ano de 2025, observou-se redução geral nos valores estimados como risco de dispêndio considerado possível. O montante apurado como risco possível decorre, precipuamente, de ações trabalhistas ajuizadas por ex-colaboradores demitidos em razão do processo de liquidação ao qual esteve submetida, pelo período entre 2021 e 2023, após qualificação da Companhia no PPI (Programa de Parcerias de Investimento) por meio do Decreto 10.065/2019 e inclusão no PND (Programa Nacional de Desestatização) por meio do Decreto 10.297/2020. No trimestre sob análise, as novas ações trabalhistas registradas foram em número e montantes inferiores aos dos trimestres anteriores.

Para os passivos reconhecidos como prováveis, registra-se aumento decorrente da liquidação do saldo remanescente da ação trabalhista nº 0020596-80.2016.5.04.0010, movida pelo Sindicato dos Metalúrgicos de Porto Alegre – STIMEPA, o qual redundou no acréscimo do valor de R\$ 15.978 (Quinze milhões, novecentos e setenta e oito mil reais) ao montante até então registrado. Tal ação judicial remonta a atos praticados pela equipe que geriu a Companhia no ano de 2015, e se refere ao descumprimento das cláusulas financeiras de Acordo Coletivo pactuado naquele período. Ademais, quanto às demais ações judiciais registradas, verificou-se a ocorrência de modificações decorrentes do pagamento de débitos judiciais e ajustes do passivo registrado.

Por derradeiro, necessário destacar que o montante final do passivo judicial estimado para as três “categorias” de risco (PROVISÕES, PASSIVO CONTINGENTE E REMOTOS) sofreu alteração, haja vista a alteração dos critérios de detalhamento, bem como pela atualização de valores, inclusão de novas ações e incidência dos índices de correção monetária (referente aos riscos considerados prováveis).

16 Obrigações Previdenciárias de Longo Prazo

	31/12/2025	31/12/2024 (Reapresentado)
INSS s/ Salários a Recolher – Longo Prazo	750	-
INSS Retido na Fonte a Recolher – Longo Prazo	36	-
	786	-

(Valores expressos em milhares de reais)

Os valores acima se referem à depósito judicial de ação de consignação em pagamento nº 5031863-42.2021.4.04.7100/RS que versa sobre o recolhimento do INSS, referente ao mês de abril de 2021, no valor de R\$ 702 (setecentos e dois mil reais) e respectivos encargos, devido à indisponibilidade de acesso ao certificado digital da empresa, à época, pela troca de titularidade do representante legal na junta comercial.

17 Capital Social

O Capital Social em 31/12/2025 corresponde ao valor de R\$ 126.300 (cento e vinte e seis milhões e trezentos mil reais) divididos em 42.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, mantendo a situação desde 31/12/2019.

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 26 de abril de 2019, ocorreu a elevação do capital social pela integralização do montante de R\$ 8.829 (oito milhões, oitocentos e vinte e nove mil reais) e redução do capital social com os valores de prejuízos acumulados até 31/12/2017 no valor de R\$ 34.420 (trinta e quatro milhões, quatrocentos e vinte mil reais), a seguir demonstrados:

Exercício	AFAC Integralizado Principal	AFAC Integralizado Atualização SELIC	Redução com Prejuízos Acumulados até 31/12/2016	Redução com Prejuízos Acumulados até 31/12/2017	Capital Integralizado
Lei de Criação	-	-	-	-	42.000
2017	114.227	80.101	-	-	236.328
2018	23.787	9.521	(117.745)	-	151.891
2019	5.998	2.831	-	(34.420)	126.300
2020	-	-	-	-	126.300
2021	-	-	-	-	126.300
2022	-	-	-	-	126.300
2023	-	-	-	-	126.300
2024	-	-	-	-	126.300
2025	-	-	-	-	126.300

(Valores expressos em milhares de reais)

18 Ajuste de Avaliação Patrimonial

Realização através da depreciação nos exercícios:

	31/12/2025	31/12/2024 (Reapresentado)
Saldo Inicial Ajuste Avaliação Patrimonial – PL	6.314	8.403
Saldo Final Ajuste Avaliação Patrimonial – PL	4.225	6.314
Valor Realizado pela Depreciação	2.089	2.089

(Valores expressos em milhares de reais)

19 Recursos destinados ao aumento de capital

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 2 (item i), corresponde aos recursos recebidos da União para investimentos e futuro aumento do Capital Social na Companhia. No ano de 2024 foram registrados R\$ 1.204 (um milhão, duzentos e quatro mil reais) para capitalização, enquanto no ano de 2025 o valor foi de R\$ 133 (cento e trinta e três mil reais).

Os recursos recebidos de Subvenção para investimento, Adiantamento para Futuro Aumento de Capital- AFAC, a partir de 01/01/2017, passaram a ser contabilizado em conta de Patrimônio Líquido, não incorrendo mais atualização Selic conforme Decreto 2.673/98, artigo 2º, parágrafo único (incluído pelo Decreto nº 8.945 de 2016). Os saldos em 31/12/2025 e 31/12/2024 correspondem ao valor de R\$ 9.704 (nove milhões e setecentos e quatro mil reais) e R\$ 9.571 (nove milhões e quinhentos e setenta e um mil reais), respectivamente, assim demonstrados:

	31/12/2025	31/12/2024 (Reapresentado)
Saldo Inicial	9.571	8.364
Incremento – Subvenção Investimento	133	1.207
Saldo AFAC – Adiantamento para futuro Aumento de Capital (Saldo Final) – Conta Patrimônio Líquido	9.704	9.571

(Valores expressos em milhares de reais)

Reapresentação saldo em 31/12/2024 - Reconhecemos no exercício de 2024 o montante de R\$ 248.118 (duzentos e quarenta e oito milhões e cento e dezoito mil reais), no Ativo Imobilizado - Imóvel, em contrapartida com o AFAC – Adiantamento para Futuro Aumento de Capital. Os valores se referem ao investimento efetuado pela União, através do Ministério da Ciência e Tecnologia, na fase inicial da construção do Prédio da CEITEC, período de 2004 a 2011 (vide nota explicativa nº 09). Em setembro de 2025, foram efetuados os estornos dos valores registrados, conforme orientação recebida em Ofício nº 9539/2025/MCTI.

20 Receita Líquida

	31/12/2025	31/12/2024
Receita Bruta		(Reapresentado)
Venda Produtos Mercado Interno	7.652	113
(-) IPI Faturado	(154)	(4)
Serviços Prestados Mercado Interno	-	24
	<u>7.498</u>	<u>133</u>
Deduções		
Impostos	(1.513)	(25)
Devolução de Vendas	(7)	-
Receita Líquida de vendas	<u>5.978</u>	<u>108</u>

(Valores expressos em milhares de reais)

21 Custos dos Produtos e Serviços Vendidos

	31/12/2025	31/12/2024
		(Reapresentado)
Custos Produtos Vendidos	(1.296)	(22)
Custos Serviços Prestados	-	(15)
	<u>(1.296)</u>	<u>(37)</u>

(Valores expressos em milhares de reais)

22 Despesas com pessoal

	31/12/2025	31/12/2024
		(Reapresentado)
Salários	(24.804)	(20.247)
Encargos sociais	(8.550)	(6.950)
Benefícios	(2.218)	(1.709)
	<u>(35.572)</u>	<u>(28.906)</u>

(Valores expressos em milhares de reais)

O aumento no valor das despesas com pessoal no ano de 2025 em relação ao mesmo período de 2024 se deve ao aumento do quadro de pessoal, através da reintegração judicial de colaboradores e admissão de cargos técnicos de livre provimento no período. A homologação do dissídio da categoria, com data base em maio de 2025, foi outro fator que contribuiu para a variação dos valores.

23 Despesas gerais e administrativas

	31/12/2025	31/12/2024
		(Reapresentado)
Materiais de Consumo	(5.305)	(5.087)
Serviços de Terceiros	(6.968)	(7.261)
Serviços Profissionais Técnicos	(1.289)	(1.199)
Despesas Judiciais	(127)	(4.301)
Depreciação e Amortização	(5.933)	(7.741)
Manutenções	(1.611)	(1.160)
Energia Elétrica	(4.501)	(7.302)
Locação de Software	(905)	(1.200)
Água e Esgoto	(696)	(797)
Diárias e Passagens	(152)	(105)

Seguros	(340)	(340)
Impostos e Taxas	(539)	(294)
Outros	(73)	(50)
	(28.439)	(36.837)

(Valores expressos em milhares de reais)

As rubricas a seguir detalham as variações acima de 20% ocorridas no período:

Rubrica	4T25	4T24	Δ %	Descrição
Despesas Judiciais	(127)	(4.301)	(97)	A queda percebida no ano de 2025, comparada ao mesmo período de 2024 é decorrente da alteração na classificação contábil. Isso se refere tanto à diminuição nos depósitos judiciais em virtude do encerramento definitivo dos processos quanto dos pagamentos de sentenças judiciais, que passaram a ser removidas da conta de contingências no passivo, visto que existem reservas para os valores desses processos.
Depreciação e Amortização	(5.933)	(7.741)	(23)	A diminuição observada nesta categoria é atribuída ao fato de que vários bens registrados no Ativo Imobilizado foram integralmente depreciados ao longo do exercício de 2024.
Manutenções	(1.611)	(1160)	39	Observou-se que a mudança nessa categoria reflete o aumento na produção de semicondutores em função da retomada do CEITEC e do conseqüente aumento da demanda por manutenção e reparos (Fabril). Isso se deve à solicitação de novos serviços especializados para gerenciar maquinários e programas, além da realocação de recursos para uma classificação contábil mais apropriada.
Energia Elétrica	(4.501)	(7.302)	(38)	A redução observada no ano de 2025 em comparação ao mesmo período de 2024 está relacionada a não apropriação de créditos de ICMS sobre energia elétrica na maior parte do ano de 2024, pois o mesmo só pode ser reconhecido quando ocorre efetiva atividade fabril para produção. O crédito não provisionado se torna despesa incorrida.
Locação de Software	(905)	(1200)	(25)	A queda observada no ano de 2025, em relação ao mesmo período do ano anterior, está relacionada à diminuição dos contratos com as empresas PBI IINFORMÁTICA Ltda, ORACLE DO BRASIL SISTEMAS LTDA, TDEC Redes de Computadores Ltda, INFINIT Soluções Inteligentes em TI - Ltda e SERVICE IT.
Diárias e Passagens	(152)	(105)	44	Nota-se um crescimento nessa categoria em 2025 comparado ao mesmo período do ano anterior, resultante da reabertura das operações do Ceitec no setor de semicondutores e da necessidade de envolvimento do Presidente, Diretores, Assessores e Funcionários em atividades como: (a) participação do Ceitec na 22ª Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, como expositor; (b) Diálogo Intersetorial que ocorreu durante a Mercopar 2025; (c) presença do Presidente no Workshop de Integração e Fortalecimento da Ciência na agenda climática do Brasil, realizado na sede da FINEP; (d) visita técnica às instalações do Laboratório Nacional de Luz Síncrotron e do LNNANO - Laboratório Nacional de Nanotecnologia; (e) participação no 30º Congresso da Sociedade Brasileira de Microscopia e Microanálise; (f) Workshop WIPAD 2025 na Universidade do Arkansas, nos Estados Unidos. Também cabe ressaltar a participação em várias Audiências Públicas na Câmara dos Deputados para atender às agendas do MDIC, SETAD, FINEP, Comitê Interno na Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - CIG/MCTI, e presença dos Conselheiros nas reuniões mensais do Conselho Fiscal e de Administração do Ceitec.
Impostos e Taxas	(539)	(294)	83	O crescimento observado na conta "Impostos e Taxas" é resultado do registro contábil relacionado à: (i) pagamento de várias taxas, documentos de arrecadação e à taxa SISCOMEX vinculada às importações do período; (ii) reconhecimento do ICMS Diferencial de Alíquota aplicado às aquisições para uso, consumo e compra de bens do ativo imobilizado provenientes de outras unidades da federação, referente ao período de junho de 2021 a fevereiro de 2024, conforme detalhado na Nota Explicativa n.º 12 - Obrigações e Provisões Tributárias. É importante destacar que, no 2º semestre de 2025, foram efetuados pagamentos referentes à concessão de patentes de dispositivos ligados à propriedade industrial.
Outros	(73)	(50)	46	O aumento na quantidade na categoria "Outros" durante o segundo semestre de 2025 está ligado ao contrato celebrado em dezembro de 2024, para o aluguel de automóveis pela empresa Porto Veículos Ltda.

24 Honorários dos Administradores

O montante de remuneração pago pela companhia a seus conselheiros e aos administradores, está demonstrado a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024 (Reapresentado)
Honorários da diretoria	(1.731)	(1.410)
Honorários dos conselheiros	(363)	(297)
Encargos sociais	(476)	(405)
	<u>(2.570)</u>	<u>(2.112)</u>

(Valores expressos em milhares de reais)

O incremento dos valores incorridos nas rubricas de honorários da diretoria no ano de 2025 em relação ao mesmo período de 2024 se deve ao reajuste da remuneração dos administradores previstas para o período de Abril de 2025 a Março de 2026.

25 Outras (despesas) receitas Operacionais

	31/12/2025	31/12/2024 (Reapresentado)
Subvenções p/custeio	68.655	81.657
Crédito Financeiro PADIS	1.056	-
	<u>69.711</u>	<u>81.657</u>

(Valores expressos em milhares de reais)

A diferença observada na rubrica “Subvenções p/custeio” se justifica pelo fato de que no mês de dezembro/2024, ocorreu o recebimento de recursos para pagamento de sentença judicial, conforme a Portaria GM/MPO nº 427/2024 (NE nº. 15).

26 Resultado financeiro

	31/12/2025	31/12/2024 (Reapresentado)
IOF	-	(1)
Multas e juros de mora	(88)	(1)
Variação cambial passiva	(21)	(28)
Outras despesas financeiras	(148)	(5)
Total da Despesa	<u>(257)</u>	<u>(35)</u>
Rendimentos de Aplicação Financeira	131	77
Variação cambial ativa	16	21
Juros Ativos	-	43
Multas Recebidas	49	-
Juros e descontos obtidos	101	-
(-) PIS / COFINS s/ Receitas Financeiras	(14)	(7)
Total da Receita	<u>283</u>	<u>134</u>
Resultado Financeiro	<u>26</u>	<u>99</u>

(Valores expressos em milhares de reais)

As rubricas de “Multas e Juros de Mora” e “Outras despesas financeiras” apresentam um incremento expressivo no ano de 2025, principalmente em função de que no mês de janeiro de 2025 foi reconhecido no balancete da empresa o valor ICMS DIFAL do período de junho de 2021 a fevereiro de 2024 (vide nota explicativa nº 13). A composição destas rubricas é demonstrada a seguir:

Tributo	ANO	Valor Principal (R\$)	Juros de Mora (R\$)	Multa (R\$)	Valor Corrigido até 31/12/2025 (R\$)
ICMS DIFAL	2021	22	11	4	37
ICMS DIFAL	2022	60	24	12	96
ICMS DIFAL	2023	273	74	55	402
ICMS DIFAL	2024	58	13	12	83
ICMS Importação	2025	48	0	5	53
	TOTAL	461	122	87	670

(Valores expressos em milhares de reais)

A rubrica de Juros Ativos se refere à atualização pela taxa SELIC dos valores ressarcidos de IRPJ / CSLL do ano de 2018 a 2022 e de IRRF s/ Salários referente a abril de 2023.

O valor apresentado na rubrica “Juros / descontos obtidos” refere-se ao recebimento de juros sobre valor pago com atraso por cliente relativo à venda realizada em 2025.

27 Resultado contábil

	31/12/2025	31/12/2024
		(Reapresentado)
Lucro / (Prejuízo) Bruto	4.682	71
(-) Despesas Gerais e Administrativas	(91.008)	(75.727)
(-) Outras Despesas	-	(3.411)
(+) Outras Receitas	69.711	81.657
Lucro / (Prejuízo) antes do Resultado Financeiro	(16.615)	2.590
(-) Despesas Financeiras	(257)	(35)
(+) Receitas Financeiras	283	134
Lucro / (Prejuízo) Contábil do período	(16.589)	2.689

(Valores expressos em milhares de reais)

No ano de 2025, o CEITEC apresentou prejuízo contábil de R\$ 16.589 (dezesseis milhões, quinhentos e oitenta e nove mil reais) decorrente, principalmente, pelo reconhecimento de provisão para contingência trabalhista no montante de R\$ 22.865 (vinte e dois milhões, oitocentos e sessenta e cinco mil reais). Assim, a empresa permanece integralmente dependente de aportes da União para a cobertura de suas despesas operacionais, que totalizaram R\$ 91 milhões no mesmo período.

No ano de 2024 foi apurado lucro contábil no valor de R\$ 2.689 (dois milhões, seiscentos e oitenta e nove mil reais). Esse lucro foi resultante principalmente do recebimento de suplementação orçamentária da União para despesas judiciais, que provocou um aumento na rubrica “Outras receitas (despesas) operacionais líquidas”. Esta rubrica recebe os lançamentos dos recursos recebidos pela União para pagamento das obrigações correntes (Subvenções para custeio) que totalizou R\$ 81,66 milhões.

A provisão dos valores do principal e atualizações das despesas judiciais ocorreram em períodos anteriores, pela competência, impactando o resultado daqueles exercícios. No entanto, o registro correspondente ao pagamento dessas despesas foi efetivado em 2024, quando ocorreu o desembolso, fato gerador para o registro das receitas.

28 Imposto de renda e contribuição social

Embora tenha apresentado resultado negativo contábil, o CEITEC apura o IRPJ e a CSLL pelo regime de tributação do Lucro Real na modalidade anual. Após os cálculos foi obtido resultado fiscal positivo, conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro / (Prejuízo) Contábil antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	(16.589)	2.689
(+) <u>Adições</u>	33.364	13.883
(-) <u>Exclusões</u>	(12.534)	(29.647)
(-) <u>Exclusão Crédito Financeiro PADIS</u>	(1.056)	-
Base de Cálculo do IR e da CS	3.185	(13.075)
Valor do Imposto de Renda a Pagar	520	-
Valor da Contribuição Social a Pagar	201	-
Lucro / (Prejuízo) Contábil após apuração do Imposto de Renda e da Contribuição Social	(17.310)	2.689

(Valores expressos em milhares de reais)

29 Instrumentos financeiros

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito
- Risco de liquidez
- Risco de mercado

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Companhia.

Estrutura do gerenciamento de risco

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas caso uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco de crédito está relacionado principalmente aos valores recebíveis do Tesouro Nacional.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras era:

	31/12/2025	31/12/2024
		(Reapresentado)
Caixa e equivalentes de caixa	17.185	11.552

(Valores expressos em milhares de reais)

Os montantes acima são decorrentes de contrapartes no mercado interno e não há saldos em atraso.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia constantemente monitora suas exigências de fluxo de caixa operacional e busca aumentar o seu retorno de caixa sobre investimentos. A Companhia garante que possui limite de saldo em tesouraria suficiente para superar sua necessidade de capital de giro operacional, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras; isto exclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais.

Além disso, a Companhia recebe do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação montantes para o pagamento das contas a pagar, com a natureza de doação. A seguir, estão as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados:

31 de dezembro de 2025	Valor Contabil	Fluxo de caixa contratual	12 meses	2 anos	3 anos	Mais de 3 anos
Passivos financeiros não derivativos						
Adiantamentos do Tesouro Nacional	2.290	2.290	2.290	-	-	-
Fornecedores	<u>120</u>	<u>120</u>	<u>120</u>	-	-	-
Total	2.410	2.410	2.410	-	-	-

31 de dezembro de 2024 (Reapresentado)	Valor Contabil	Fluxo de caixa contratual	12 meses	2 anos	3 anos	Mais de 3 anos
Passivos financeiros não derivativos						
Adiantamentos do Tesouro Nacional	303	303	303	-	-	-
Fornecedores	<u>139</u>	<u>139</u>	<u>139</u>	-	-	-
Total	442	442	442	-	-	-

(Valores expressos em milhares de reais)

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros, impactem nos ganhos da Companhia. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições aos riscos, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo aumentar o retorno.

Risco da taxa de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia principalmente para a aquisição de produtos e serviços.

A Companhia não contrata instrumentos financeiros derivativos para se proteger de risco de taxa de câmbio.

Com relação a ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, a Companhia procura manter sua exposição líquida a um nível aceitável.

Exposição à moeda estrangeira

A exposição da Companhia ao risco de moeda estrangeira (Dólar norte-americano) corresponde aos valores empenhados de fornecedores do mercado externo.

A exposição da Companhia ao risco de moeda estrangeira (Dólar norte-americano) em 31 de dezembro de 2025 corresponde ao valor de R\$ 926 (novecentos e vinte e seis mil reais) equivalentes a U\$ 168 (cento e sessenta e oito mil dólares). Em uma simulação de estresse cambial, ou seja, adotando-se uma variação da cotação da moeda americana de três desvios padrão em relação à média histórica dos últimos 12 meses o impacto cambial em 31/12/2025 é de R\$ 3 (três mil reais).

Valor justo

Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

	31/12/2025		31/12/2024 (Reapresentado)		31/12/2023	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	17.185	17.185	11.552	11.552	14.856	14.856
Adiantamento do Tesouro Nacional	2.290	2.290	303	303	329	329
Fornecedores	120	120	139	139	234	234

(Valores expressos em milhares de reais)

A Companhia considera que, devido aos prazos e à natureza dos saldos relativos aos instrumentos financeiros acima demonstrados, o valor contábil reflete substancialmente o valor justo em cada data-base.

30 Partes relacionadas

A Companhia é controlada pela União Federal e os valores em aberto com sua controladora decorrem dos repasses recebidos e a receber pelo Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI) do Governo Federal.

As operações com partes relacionadas estão sintetizadas no quadro abaixo:

Com a União Federal	31/12/2025	31/12/2024
		(Reapresentado)
Ativo circulante e não circulante		
Caixa e equivalente a caixa	17.185	11.552
Passivo circulante e não circulante		
Adiantamento do Tesouro Nacional	2.290	303
	31/12/2025	31/12/2024
		(Reapresentado)
Receita - Subvenções para custeio	68.655	81.657
Honorários dos administradores	(2.570)	(2.112)

(Valores expressos em milhares de reais)

31 Seguros

Os bens, interesses e responsabilidades estão segurados por valores que a Administração considerou suficientes para cobertura de eventuais sinistros. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente, não foram analisadas pelos nossos auditores independentes.

Contrato com Mapfre Seguros Gerais S.A. com vigência de 20/12/2025 a 19/12/2026, conforme a apólice de seguros:

Cobertura - Importâncias Seguradas

Danos materiais	185.234
Responsabilidade Civil	5.800

(Valores expressos em milhares de reais)

32 Conciliação das Demonstrações Contábeis com Base na Lei nº 6.404/76 e Lei nº 4.320/64 – SIAFI (não auditado)

O CEITEC é uma empresa pública, de capital fechado, sujeita às disposições da Lei nº 6.404/76 e as mudanças impostas pela Lei 11.638/07 para fins contábeis e societários. Estatal dependente, vinculada ao Governo federal, que por determinação legal, utiliza o Sistema de administração Financeira Federal (SIAFI), modalidade para registro de toda sua execução orçamentária, financeira e patrimonial.

A escrituração contábil segundo a Lei nº 6.404/76 não contempla todas as necessidades de registros que a Lei nº 4.320/64 exige, seja em nomenclatura, em função da conta, entre circulante e não circulante, bem como em função dos Recursos a Receber e/ou Recursos Diferidos e Registro de Restos a Pagar referente ao orçamento do exercício findo.

A seguir, demonstramos um comparativo dos valores de 31/12/2025, que compõem a forma de contabilização em cada uma das leis mencionadas, esclarecendo a origem das diferenças apontadas, sendo que tais diferenças de valores se referem a registros e apropriações necessárias para atender a cada uma das referidas Leis.

As diferenças apontadas em alguns casos referem-se ao pouco tempo disponível para os registros de ajustes contábeis disponibilizados pelos órgãos superiores para fechamento da contabilidade pública, que tem por base o SIAFI, enquanto a contabilidade societária permite uma flexibilização maior nos prazos de fechamento, o que possibilita uma melhor conciliação e conferência dos registros efetuados.

<i>(Valores expressos em milhares de reais)</i>	Saldo Societário Dez 25	Saldo SIAFI Dez 25	Diferença	
ATIVO				
ATIVO CIRCULANTE	38.921	36.944	1.977	
ATIVO NÃO CIRCULANTE	46.286	66.460	(20.174)	
Realização longo Prazo	7.464	4.808	2.656	
Imobilizado	34.103	61.153	(27.050)	
Intangível	4.719	499	4.220	
TOTAL ATIVO	85.207	103.404	(18.197)	
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
PASSIVO CIRCULANTE	7.923	5.696	2.227	
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	29.811	27.447	2.364	
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	47.473	70.261	(22.788)	
TOTAL PASSIVO E PATRIMÔNIO	85.207	103.404	(18.197)	
Ativo Circulante – Descrição	Valor	Valor	Diferença	Nota
Banco Conta Movimento	1.001	1.001	-	
Caixa ou Equivalentes de Caixa	16.184	18.012	(1.828)	(k)
Estoques	11.721	14.824	(3.103)	(b)
Adiantamento a empregado e fornecedores	2.691	803	1.888	(a)
Créditos Tributários	3.522	1.747	1.775	(c/g)
Créditos Financeiros – PADIS	3.264	-	3.264	(g)
Despesas antecipadas	538	557	(19)	(f)
	38.921	36.944	1.977	

Ativo Não Circulante – Descrição	Valor	Valor	Diferença	Nota
Depósitos Judiciais	4.808	4.808	-	
Créditos Tributários	1.078	-	1.078	(a/c)
Projeto FINEP / FAURGS	1.578	-	1.578	(g)
Imobilizado	34.103	61.153	(27.050)	(a/d)
Intangível	4.719	499	4.220	(a/d)
	46.286	66.460	(20.174)	

Passivo Circulante – Descrição	Valor	Valor	Diferença	Nota
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	3.817	5.645	(1.828)	(a)
Fornecedores e contas a pagar	120	51	69	(a)
Obrigações e provisões tributárias	1.696	-	1.696	(a)
Adiantamento de Tesouro Nacional	2.290	-	2.290	(e)
	7.923	5.696	2.227	

Passivo Não Circulante – Descrição	Valor	Valor	Diferença	Nota
Contingência trabalhista	27.447	27.447	-	
Obrigações Previdenciárias	786	-	786	(c)
Projeto FINEP / FAURGS	1.578	-	1.578	(j)
	29.811	27.447	2.364	

Patrimônio Líquido – Descrição	Valor	Valor	Diferença	Nota
Capital social	126.300	126.300	-	-
AFAC - Recursos destinados ao Aumento de Capital	9.704	9.704	-	-
Ajuste de avaliação patrimonial	4.225	20.006	(15.781)	(a)
Ajuste de Exercícios Anteriores	-	1.939	(1.939)	(h)
Prejuízos acumulados	(92.756)	(87.688)	(5.068)	(i)
	47.473	70.261	(22.788)	

(Valores expressos em milhares de reais)

- Diferença de saldo apurado por conciliação, efetuada após a data de fechamento do SIAFI;
- A diferença verificada se refere ao registro da baixa do estoque de produtos em elaboração que cujo controle se perdeu durante a liquidação e registro da provisão para perdas em estoque (valores calculados de acordo com itens sem giro a mais de 3 anos);
- Diferença decorrente da transferência entre o circulante e o não circulante para atender à Lei das Sociedades Anônimas;
- Contabilizado Ajuste de Avaliação patrimonial conforme Notas Explicativas nº 10 e 11 conforme laudo de avaliação;
- Valor contabilizado em adiantamento do tesouro nacional em atendimento à contabilidade societária;
- Valor decorrente de diferença de critério de contabilização das despesas antecipadas na contabilidade societária em relação à contabilidade pública (SIAFI);
- Valor decorrente de diferença de critério de contabilização na inclusão de créditos tributários / financeiros na contabilidade societária em relação à contabilidade pública (SIAFI);

- h) Este valor no SIAFI é decorrente de: (i) reversão da provisão para contingências trabalhistas que é lançada em contrapartida de “Ajuste de Exercícios Anteriores”; e (ii) estorno da depreciação do ano de 2024 referente à baixa do registro do Complexo Fabril conforme orientação recebida no Ofício nº 9539/2025/MCTI;
- i) Valor apurado no resultado entre o sistema da contabilidade societária e contabilidade pública;
- j) Registro contábil dos valores Projeto FINEP_FAURGS - ativo = passivo (anulação de efeito);
- k) No SIAFI se utiliza uma conta transitória para receber o registro temporário dos valores a recolher da Folha de Pagamento do CEITEC. Assim se procede no SIAFI pelo fato da Folha não ser paga dentro do mês em que a mesma é apropriada.

33 Continuidade Operacional e Reversão do Processo de Liquidação

O Decreto nº 10.578/2020 autorizou a dissolução societária da CEITEC S.A. e a publicização de suas atividades de pesquisa e desenvolvimento em microeletrônica, com liquidação iniciada em fevereiro de 2021 e sucessivas prorrogações até fevereiro de 2023.

Nesse período, foi editado o Decreto nº 11.409/2023, que instituiu Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) para avaliar a reversão da liquidação e da desestatização da empresa. Em seguida, a Resolução nº 267/2023 do CPPI recomendou a exclusão da CEITEC do Programa Nacional de Desestatização, medida formalizada pelo Decreto nº 11.478/2023. O GTI concluiu seus estudos em julho de 2023 e, com base em suas recomendações, foi publicado o Decreto nº 11.768/2023, que revogou o Decreto nº 10.578/2020 e autorizou a reversão do processo de dissolução societária.

Em 10 de novembro de 2023, foi realizada Assembleia Geral Extraordinária (AGE) da CEITEC, que deliberou sobre: I – aprovação da reversão do processo de liquidação e da dissolução societária, restabelecendo o funcionamento regular da empresa; II – destituição do liquidante e eleição dos novos membros do Conselho de Administração; III – destituição e recomposição do Conselho Fiscal, para novo mandato de dois anos; e IV – fixação da remuneração dos administradores, membros do conselho fiscal e do comitê de auditoria. Na mesma data, o Conselho de Administração reuniu-se para eleger a nova diretoria executiva da companhia, com vistas à retomada plena das atividades operacionais e institucionais da CEITEC.

Situação Orçamentária da Companhia em 2024

No âmbito da Proposta Orçamentária para 2024 (PLOA/2024), informamos que foi solicitado, em 21 de junho de 2023, ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, o montante de R\$ 87,5 milhões de reais para as despesas discricionárias. A LOA 2024, sancionada pelo Presidente da República, por meio da Lei Nº 14.822, de 22 de janeiro de 2024, autoriza a dotação orçamentária de R\$ 42.061.877, ao CEITEC, sendo que para Despesas Discricionárias o valor é de R\$ 18.542.473 e para as Despesas Obrigatórias o valor é de R\$ 23.519.404:

Resumo da Execução por Área									
DESPESA	LOA ATUALIZADA (A)	LIMITE (B)	EMPENHADO (C)	LIQUIDADO (D)	PAGO (E)	PERCENTUAL C / A	DOT - EMP (A - C)	RAP - NP (C-D)	RAP - PROC (D-E)
Discricionária	22.091.419	22.091.419	1.305.362	98.260	98.260	5,9%	20.786.057	1.207.102	0
Administração	3.510.670	3.510.670	238.603	17.000	17.000	6,8%	3.272.067	221.602	0
Produção	18.580.749	18.580.749	1.066.759	81.259	81.259	5,7%	17.513.990	985.499	0
Obrigatória	23.519.404	23.519.404	22.481.705	2.020.930	238.188	95,6%	1.037.699	20.460.775	1.782.742
PES (Folha)	19.465.254	19.465.254	19.465.254	1.967.431	185.010	100,0%	0	17.497.823	1.782.421
Sentenças PES	2.500.000	2.500.000	1.500.000	53.178	53.178	60,0%	1.000.000	1.446.822	0
Benefícios	1.554.150	1.554.150	1.516.451	321	0	97,6%	37.699	1.516.130	321
TOTAL	45.610.823	45.610.823	23.787.067	2.119.190	336.448	52,2%	21.823.756	21.667.876	1.782.742

Alterações Orçamentárias:

- (i) Houve cancelamento de recursos orçamentários constante da LOA/2024, no montante de R\$ 3,5 milhões, nos termos da Portaria GM_MPO nº 63/2024;
- (ii) A Portaria GM/MPO nº 206/2024 suplementou o orçamento (ação discricionária) da empresa em R\$ 6.627.425,00;
- (iii) A Portaria GM/MPO nº 427/2024 suplementou o orçamento (Sentenças Judiciais) da empresa em R\$ 28.982.548;
- (iv) A Portaria GM/MPO nº 423/2024 suplementou o orçamento (Pagamento do Pessoal Ativo) da empresa em R\$ 4.050.495;
- (v) Encontrava-se em tramitação no Congresso Nacional PLN nº 22/2024, que suplementaria o orçamento da empresa (ação discricionária) em R\$ 58.372.575,00. Esse PLN foi retirado do Congresso Nacional por intermédio da Mensagem Presidencial nº 1.595/2024;
- (vi) A Portaria GM/MPO nº 485/2024 cancelou do orçamento (Pagamento do Pessoal Ativo) da empresa em R\$ 3.068.164;
- (vii) A Portaria GM/MPO nº 509/2024 suplementou o orçamento (Pagamento do Pessoal Ativo) da empresa em R\$ 4.041.755.

Resumo da Execução por Área							
DESPESA	LOA ATUALIZADA (A)	COMPROMETIDO			LIQUIDADO (E)	PAGO (F)	PERCENTUAL C / A
		PRÉ-EMPENHO (B)	EMPENHADO (C)	TOTAL (D)			
Discricionária	25.169.338	0	25.169.337	25.169.337	21.381.497	21.321.908	100,0%
Administração	8.026.965	0	8.026.965	8.026.965	6.802.178	6.749.813	100,0%
Produção	17.142.373	0	17.142.372	17.142.372	14.579.319	14.572.095	100,0%
Obrigatória	68.082.598	0	68.082.598	68.082.598	63.059.492	60.265.655	100,0%
PES (Folha)	32.658.890	0	32.658.890	32.658.890	28.406.577	25.613.103	100,0%
Sentenças PES	31.550.261	0	31.550.261	31.550.261	31.166.624	31.166.624	100,0%
Benefícios	2.281.791	0	2.281.791	2.281.791	1.894.636	1.894.272	100,0%
Sentenças Custeic	1.591.656	0	1.591.656	1.591.656	1.591.656	1.591.656	100,0%
TOTAL	93.251.936	0	93.251.935	93.251.935	84.440.989	81.587.563	100,0%

Situação Orçamentária da Companhia em 2025

Em 30 de setembro de 2025, a programação orçamentária da CEITEC totalizou R\$ 81,1 milhões em dotações atualizadas, com R\$ 79,7 milhões empenhados (98,3% do orçamento) e R\$ 68 milhões pagos.

As despesas obrigatórias corresponderam à maior parcela dos recursos empenhados, alcançando R\$ 50,7 milhões (97% de execução), com destaque para pessoal e encargos sociais, no valor de R\$ 39,2 milhões.

As despesas discricionárias somaram R\$ 28,9 milhões, com 100% de execução, sendo R\$ 9,1 milhões aplicados na área administrativa e R\$ 19,8 milhões na produção.

A tabela abaixo demonstra a dotação disponível e a execução orçamentária e financeira em 2025:

CENTRO NACIONAL DE TECNOLOGIA ELETRÔNICA AVANÇADA - S.A. DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA Departamento-Geral de Orçamento e Finanças										
Resumo da Execução Orçamentária e Financeira - Posição em 31.12.2025										
DESPESA	LOA ATUALIZADA (A)	COMPROMETIDO			LIQUIDADADO (E)	PAGO (F)	PERCENTUAL C / A	DOT - COMP (A - D)	RAP - NP (C-E)	RAP - PROC (D-E)
		PRÉ-EMPENHO (B)	EMPENHADO (C)	TOTAL (D)						
Discricionária	28.949.664	0	28.949.662	28.949.662	22.864.008	22.804.622	100,0%	2	6.085.654	59.386
Administração	9.154.225	0	9.154.225	9.154.225	7.618.919	7.610.679	100,0%	0	1.535.306	8.240
Produção	19.795.439	0	19.795.437	19.795.437	15.245.089	15.193.944	100,0%	2	4.550.348	51.146
Obrigatória	52.197.303	0	50.759.624	50.759.624	47.016.371	45.196.492	97,2%	1.437.679	3.743.253	1.819.879
PES (Folha)	39.248.689	0	39.248.689	39.248.689	36.570.148	34.750.653	100,0%	0	2.678.541	1.819.496
Sentenças PES	9.749.937	0	8.312.258	8.312.258	8.039.452	8.039.452	85,3%	1.437.679	272.806	0
Benefícios	3.198.677	0	3.198.677	3.198.677	2.406.771	2.406.387	100,0%	0	791.906	383
TOTAL	81.146.967	0	79.709.286	79.709.286	69.880.379	68.001.115	98,2%	1.437.681	9.828.907	1.879.264

34 Descomissionamento

O descomissionamento comporta o desfazimento completo dos bens imobilizados envolvendo, para as áreas fabris, a desmobilização do processo produtivo, o qual engloba a eliminação e/ou destinação dos resíduos a serem gerados por meio de métodos específicos, sendo considerados **resíduos de classe I (perigosos)**, pois possuem características como inflamabilidade, toxicidade e corrosividade, dentre outras. Portanto, sendo necessária a caracterização dos mesmos para posteriormente se verificar locais possíveis para tratamento e destinação final.

Assim como para o comissionamento da empresa CEITEC, para o descomissionamento e/ou extinção e/ou liquidação da empresa uma série de etapas devem ser seguidas, de forma a garantir a correta tratativa das atividades com produtos químicos controlados e dos resíduos perigosos a serem gerados, a fim de garantir que não se tenham consequências negativas à saúde e meio ambiente.

Em 1º dia do mês de junho de 2023, em reunião com a alta administração, foi aprovado o processo de contratação de empresa especializada para estudo técnico abrangendo análises, avaliações e previsões de valores contingenciais contábeis necessários, para atendimento NBC TG 25 (R2).

O CEITEC no âmbito da Política Nacional de Resíduos Sólidos e da Lei das Estatais, devidamente fiscalizado e controlado pelos órgãos responsáveis por essa política e legislação, adota práticas de sustentabilidade ambiental, de gerenciamento de resíduos Industriais e de responsabilidade sociais corporativas compatíveis com o mercado em que atua, primando para o melhor custo benefício e uso do dinheiro público aplicado.

De acordo com a Norma Brasileira de Contabilidade, NBC TG 25 (R2) – PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES, é premissa fundamental para a formação do passivo, a ser provisionado para fins de descomissionamento, que o valor estimado para a sua realização deva ser atualizado, periodicamente, ao longo da vida útil econômica da Companhia, com o objetivo de alocar ao respectivo período de competência da operação, os custos a serem incorridos com a desativação técnico-operacional de todo o empreendimento e a mitigação dos riscos e passivos ambientais que possam ocorrer.

No dia 22 de janeiro de 2024, em reunião realizada pelo Conselho de Administração da Companhia, foi deliberado pelo adiamento da análise do pleito.

35 Remuneração dos Empregados e Administradores

Atendendo à Resolução CGPAR nº 03 de 31 de dezembro de 2010 informamos a média salarial e a remuneração, vantagens e benefícios dos empregados e administradores. Vide quadro abaixo:

Em 31/12/2025	Maior remuneração	Menor remuneração
Empregados	34	5
Presidência/Diretoria	37	35
Conselhos Administrativo/Fiscal	4	4
Salário médio dos empregados	13	-
Salário médio da Presidência/Diretoria	17	-
Salário médio dos conselheiros	4	-

Em 31/12/2024	Maior remuneração	Menor remuneração
Empregados	34	5
Presidência/Diretoria	35	33
Conselhos Administrativo/Fiscal	4	4
Salário médio dos empregados	12	-
Salário médio da Presidência/Diretoria	16	-
Salário médio dos conselheiros	4	-

(Valores expressos em milhares de reais)

36 Projeto FINEP/FAURGS

A Companhia participa do Convênio para Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação – Encomenda – Ação – CT-Infra 2021, celebrado com a Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP, na qualidade de Secretaria Executiva do FNDCT, sob o Instrumento Contratual nº 01.24.0566.00, cujo objeto é a execução do Projeto “Tecnologia de Manufatura Empregando Semicondutores de Banda Proibida Larga (Carbeto de Silício – SiC) para Transição Energética e Descarbonização”, financiado com recursos de até R\$ 220 milhões, oriundos da fonte CT-Infra, repassados à FAURGS, na condição de Conveniente, responsável pela gestão administrativa e execução financeira dos recursos, cabendo à CEITEC S.A., como Executor, a execução técnica do Projeto, incluindo o planejamento e a operacionalização das aquisições; o Convênio possui vigência de até 36 meses, contados da data de sua assinatura, admitidas prorrogações nos termos contratuais, e a prestação de contas final deverá ser apresentada em até 60 dias após o término da vigência.

MARINA LEDESMA TRINDADE

Contadora CRC/RS 071.335/O-1

CPF/MF N° 729.441.100-04

AUGUSTO CESAR GADELHA VIEIRA

PRESIDENTE

CPF/MF N° 261.871.407-53